

## POLÍTICAS MIGRATÓRIAS E GÊNERO NO ACORDO MERCOSUL<sup>1</sup>.

### POLÍTICAS MIGRATÓRIAS Y GÉNERO EN EL ACUERDO MERCOSUR.

Gislene SANTOS<sup>2</sup>  
Thainá Guerra LINS<sup>3</sup>

**Resumo:** A migração das mulheres no espaço internacional e transfronteiriço, até então periférica no debate da geopolítica internacional estará, em 2000, presente nas pautas das agências, organismos internacionais e nas políticas dos Estados. No Brasil, a centralidade desta pauta será dada no interior do Acordo Mercosul, para as ações instaladas na escala da trílice fronteira da América do sul. É neste contexto que o presente artigo se estrutura. Analisamos os discursos e as normas que inserem a migração das mulheres e suas conexões na fronteira como um dos temas de tratamento no Mercosul. Buscamos, assim, uma análise associada ao ordenamento da migração nos países da América do Sul, com foco no discurso à mulher migrante. Para tal, ao evidenciarmos a dinâmica do deslocamento feminino entre os espaços fronteiriços, dispomos em ordem temporal os dispositivos referentes as mulheres migrantes no Acordo Mercosul. Concluimos, a partir da análise documental, que a emergência do gênero estará associada à violência e ao controle, temas recorrentes para o espaço fronteiriço. Apontamos a necessidade de ampliarmos o debate político sobre esta migração, reconhecendo a dimensão plural no campo do direito das mulheres.

**Palavras-chave:** Gênero; mulher migrante; fronteira; Mercosul.

**Resumen:** La migración de mujeres en el espacio internacional y transfronterizo, hasta entonces periférica en el debate de la geopolítica internacional, estará, a partir del año 2000, presente en las agendas de los organismos internacionales y en las políticas de los Estados. En Brasil, la centralidad de esta agenda será pelo Acuerdo Mercosur, en acciones instaladas en la escala de la triple frontera de América del Sur. Es en este contexto que se estructura este artículo. Analizamos los discursos y normas que incluyen la migración de las mujeres y sus conexiones en la frontera como uno de los temas de tratamiento en el Mercosur. Buscamos, por tanto, un análisis asociado a la ordenación de la migración en los países sudamericanos, centrándonos en el discurso de las mujeres migrantes. Para ello, al resaltar las dinámicas de desplazamiento femenino entre espacios fronterizos, ordenamos en el tiempo los dispositivos referentes a las mujeres migrantes en el Acuerdo del Mercosur. Concluimos, a partir del análisis documental, que el surgimiento del género estará asociado a la violencia y el control, temas recurrentes para el espacio fronterizo. Señalamos la necesidad de ampliar el debate político sobre esta migración, reconociendo la dimensión plural en el campo de los derechos de las mujeres.

**Palabras-chave:** Género; mujer migrante; frontera; Mercosur

### Introdução

A paisagem política do final do século XX está marcada por uma nova geografia das migrações. Fluxos de diferentes ordens, sobretudo os migratórios serão ilustrativos de um mundo que se conecta espacialmente. Muito falamos hoje da velocidade das técnicas de

---

<sup>1</sup>O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

<sup>2</sup> Professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFRJ

<sup>3</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFRJ

informação e do transporte, do encurtamento das distâncias geográficas e da fluidez do território. As palavras *redes*, *espaço*, *velocidade* e *circulação* se tornaram as mais usuais nos meios de divulgação e os migrantes reconhecidos como figuras centrais no reordenamento econômico da globalização (SANTOS, 2004). Para ilustrar este vocabulário espacial, duas variáveis foram requisitadas para ressaltar o espaço fluido: 1) a entrada da mulher migrante no cenário das migrações transfronteiriças e ou internacionais.<sup>4</sup> 2) a revalorização da fronteira geográfica. Apesar da fluidez do espaço, os muros fronteiriços e cercas se apresentavam também como objetos fixos: em 2017, havia cerca de 70 barreiras fronteiriças erguidas entre os países para barrar a entrada de migrantes<sup>5</sup>. De certa forma, no contexto da globalização, os fluxos migratórios ilustraram um espaço aberto ao movimento. Entretanto, o excesso de hostilidades territoriais e o recuo da hospitalidade aos migrantes vulneráveis - justamente os mais ilustrativos das narrativas da globalização -, colocaram a fronteira (através das barreiras, do fechamento, da vigilância e militarização nos pontos de passagens), como o cenário principal para a exibição das “contenções territoriais”, usando aqui uma expressão de Haesbaert (2014). As mulheres migrantes e a fronteira, se apresentaram assim como partes indissociáveis e elos contraditórios de um “espaço em movimento” (SORRE, 1984). A migração das mulheres no espaço internacional e transfronteiriço, até então periférica no debate da geopolítica internacional, passa a estar presente nos pontos de pautas das agências e organismos internacionais e nas políticas dos Estados.

No Brasil, a fronteira geopolítica também estará presente. A faixa fronteiriça, onde o território nacional está delimitado por dez países da América do Sul, foi reconsiderada, na década de 1990, como uma área de estratégia nacional, de interesse econômico e segurança nacional pública. Em 2009, a questão da migração feminina entra também nos acordos celebrados no interior do Mercosul. É neste contexto, entre um espaço em movimento e o das contenções territoriais, que o presente artigo se estrutura. Analisamos os discursos e as normas que inserem a migração das mulheres e suas conexões na fronteira como um dos temas de tratamento no Mercosul. Buscamos assim, uma análise associada ao ordenamento da migração nos países da América do Sul, com foco no discurso à mulher migrante. Quais

---

<sup>4</sup>A participação das mulheres nas migrações internacionais não é exclusiva da globalização econômica. O que nos chama atenção é, no contexto atual, as políticas voltadas para esta estatística demográfica. Como registro, vale apontar que, no Brasil, em 1872, as mulheres representavam cerca de 46,7% do total da população escravizada e provinda da África. No quadro da Argentina, como analisado por Lobato (1984), entre os anos 1915 e 1969, as mulheres empregadas no então Frigorífico Armour - um dos primeiros da indústria de alimentos na Argentina - eram sobretudo estrangeiras provindas da Polônia, Rússia, Itália e Espanha.

<sup>5</sup>Conforme o jornal *El País*. Disponível em:

[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/27/album/1488207932\\_438823.html#foto\\_gal\\_1](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/27/album/1488207932_438823.html#foto_gal_1). Acesso em 18/06/2023.

as políticas estão voltadas para a mulher migrante no Mercosul? Em que contexto, no interior dos grupos de trabalhos, a dimensão desta migração se insere? São estas as perguntas que movem a organização deste artigo.

Para tal, construímos duas seções, que traduzem o nosso plano de trabalho sobre o tema das migrações internacionais na América do Sul. Na primeira, apresentamos a situação da migração feminina com foco para as zonas de fronteira. Ao evidenciarmos a dinâmica do deslocamento feminino entre os espaços fronteiriços, entramos na segunda seção, com o objetivo de colocar em ordem temporal os dispositivos referentes às mulheres migrantes no acordo Mercosul.

### **A demografia da migração feminina**

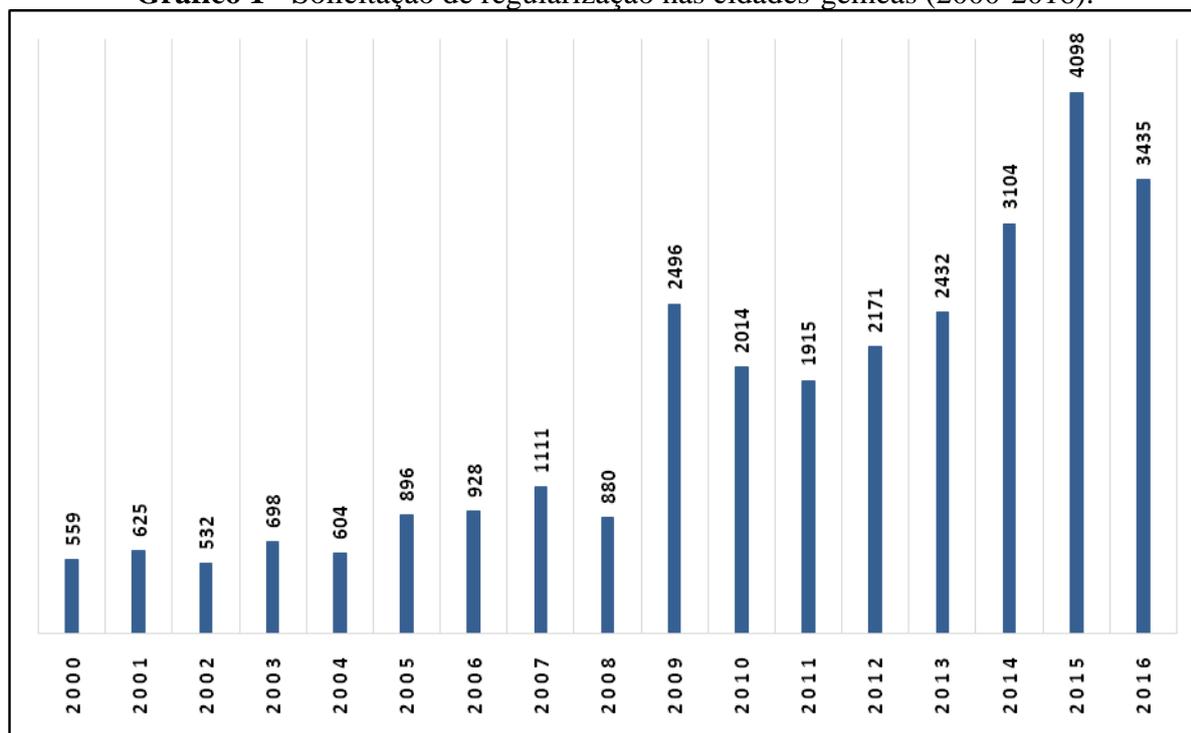
Se há uma carência nos estudos dos fluxos migratórios em área de fronteira internacional, há mais ainda quando estes são protagonizados por mulheres. Como apontado anteriormente, é fato que há dados quantitativos sobre a migração feminina: já na década de 1960, as mulheres representavam cerca de 47% das migrantes internacionais e, em 2000, 49% (ZLOTINIK, 2023). Entretanto, a estatística demográfica não despertou interesse no campo analítico e político. As migrantes mulheres eram vistas como secundárias, acompanhantes da família no curso migratório, visto que a migração era entendida como um empreendimento masculino, o que Assis (2004) caracteriza como *genderblind* - invisibilidade do gênero - nos estudos empíricos e analíticos. Por volta dos anos 1980, a partir das críticas das acadêmicas e teóricas feministas, o apagamento das mulheres enquanto sujeito no processo migratório será questionado e, assim, abre-se um campo de estudo na relação entre gênero e migração (JIMENEZ, 1998; GIL, 2004; GUIZARD. et al., 2018).

Nesta seção, destacamos a participação feminina no processo migratório, bem como os aspectos das políticas de regularização vigentes no território brasileiro e a inserção das mulheres nestas políticas. Para tal, realizamos uma organização dos dados de solicitação da regularização das mulheres migrantes pelo Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros (SINCRE), e utilizamos os dados censitários (IBGE 2010a; 2010b), com atenção, ainda que panorâmica, à migração transfronteiriça de mulheres na fronteira norte do Brasil. Em menor medida, utilizamos alguns indicadores da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Em 2010, segundo o IBGE, registrava-se no país a presença de aproximadamente 525 mil migrantes estrangeiros (IBGE, 2010a), com 6% deles estabelecidos nas 27 cidades brasileiras localizadas ao longo da faixa de fronteira internacional. Atenta-se também que, em 2010, em relação ao número da população dos não-nacionais presentes no território brasileiro, 54% eram homens e 46% mulheres. Mas é interessante registrar que, em relação à escala fronteiriça, a participação das mulheres neste curso é muito mais significativa, visto que conformam 50,40%, uma representação acima da média nacional. Tratava-se, pois, de uma migração com forte marcador de gênero e que se movimentava espacialmente na zona fronteiriça da América do Sul.

Os dados dispostos pelo SINCRE revelam um padrão regional na gestão das migrações, visto que o maior número de solicitações de regularização ocorreu nos aglomerados urbanos fronteiriços no Brasil. O Gráfico 1 (abaixo) demonstra um crescimento de 183,4% nas solicitações de regularização entre 2008 e 2009, ano em que entrou em vigor o Acordo Sobre Residência para Nacionais dos Estados Parte do Mercosul.

**Gráfico 1** - Solicitação de regularização nas cidades-gêmeas (2000-2016).



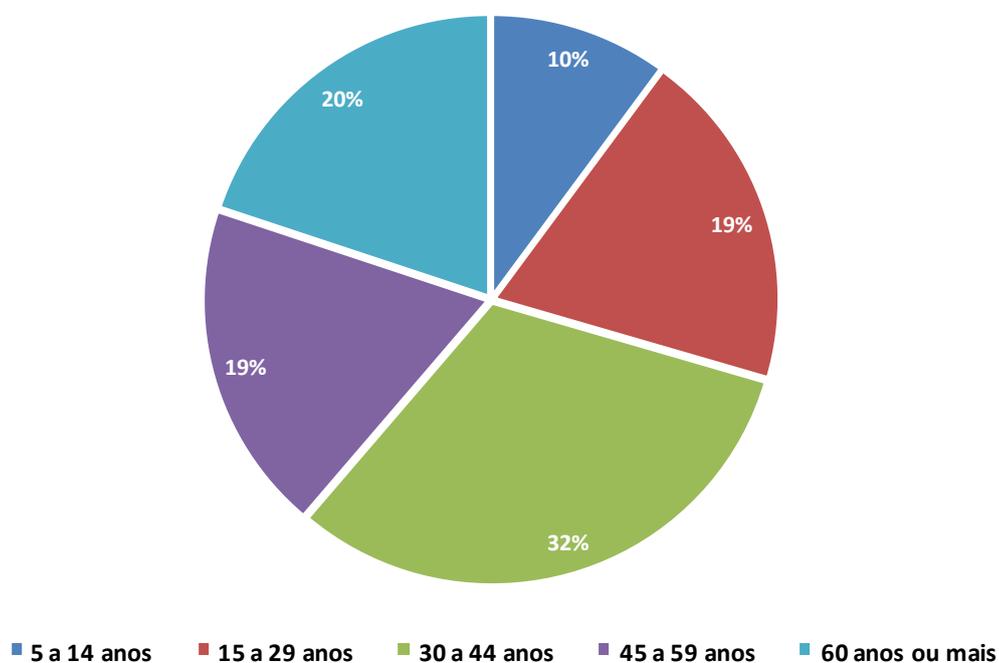
Fonte: SINCRE. Organização: Thainá Lins.

O principal fluxo de população em direção às cidades-gêmeas brasileiras advém de países fronteiriços, correspondendo a 84,6% deste montante (IBGE 2010b). Em relação à regularização, entre os anos de 2000 a 2016, 81,4% das 28.498 solicitações foram realizadas

por migrantes provenientes de países fronteiriços com o Brasil (SINCRE). Nas cidades-gêmeas brasileiras, de um total de 25.428 migrantes provindos dos países limítrofes ao Brasil, 52,73% são mulheres (IBGE, 2010b). Em contrapartida, as solicitações de regularização neste mesmo período são mais requisitadas pelos homens, correspondendo a 51,9% das solicitações, frente a 48,1% por parte das mulheres (SINCRE). Assim, ainda que a maior parte das imigrantes nas cidades-gêmeas brasileiras sejam mulheres, são os homens que mais solicitam a regularização. Estes fatos ratificam a necessidade de mais estudos que se dediquem às interações fronteiriças pautadas pela dinâmica migratória.

No município de Guajará-Mirim (RO), localizado na fronteira norte do Brasil com a Bolívia, os bolivianos representam o maior contingente migratório, correspondendo a 98,43% dos não nacionais. Estimou-se, para o ano de 2014, 981 migrantes permanentes e regulares residindo em Guajará-Mirim: 83 na condição de fronteiriços e 123 bolivianos na condição de migrantes temporários – sem vínculos de residência<sup>6</sup>. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, 57,35% desta população era composta por mulheres, cuja distribuição etária está expressa no Gráfico 2.

**Gráfico 2** - Mulheres bolivianas em Guajará-Mirim, por faixa etária (2010).

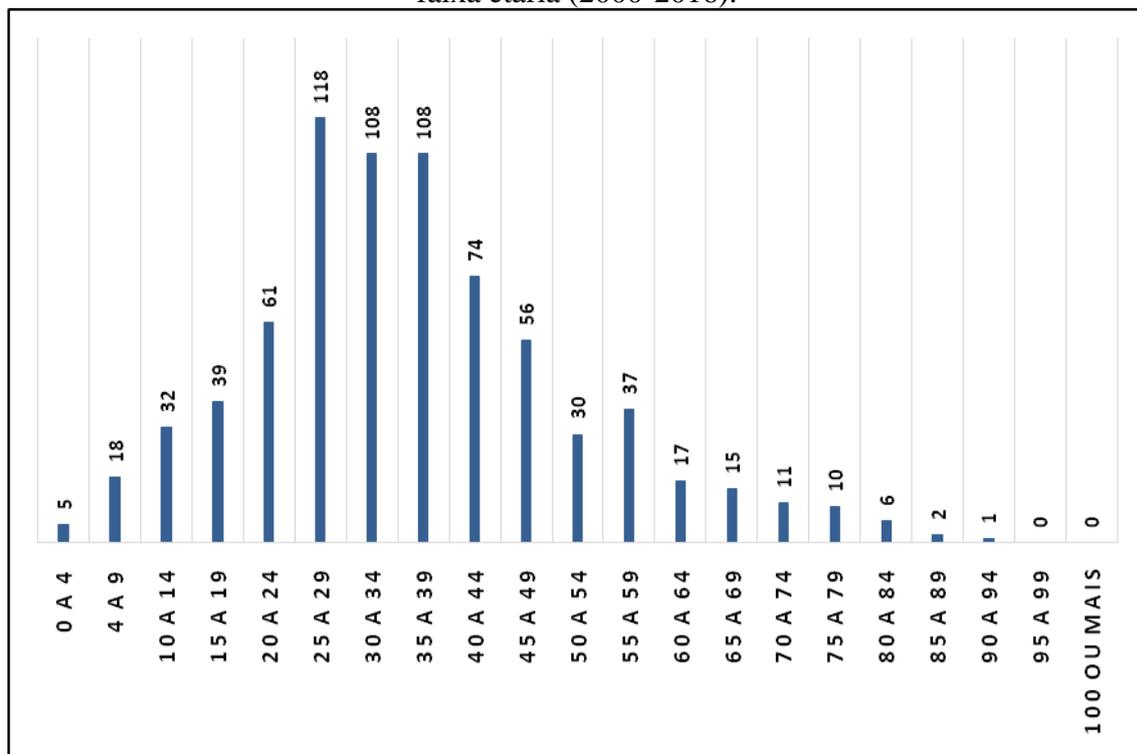


Fonte: IBGE (2010b). Organização: Thainá Lins.

<sup>6</sup>Dados fornecidos pela Polícia Federal de Guajará-Mirim, apresentados em Cova dos Santos (2016).

A partir destes dados, importa aqui registrar dois pontos: 1) a evidência de uma forte presença de crianças e mulheres jovens neste curso migratório, o que pode nos indicar que se trata de uma migração de caráter familiar; 2) a presença de mulheres jovens e adultas, o que pode significar uma migração que se dá em busca de trabalho. Este segundo ponto se reforça quando constatamos, conforme expresso no Gráfico 3, que as mulheres que mais buscaram a regularização no período entre 2000 e 2016 são aquelas entre 20 a 44 anos.

**Gráfico 3** - Solicitação de regularização das mulheres bolivianas em Guajará-Mirim, por faixa etária (2000-2016).



Fonte: SINCRE. Organização: Thainá Lins.

Apesar da falta de informações institucionais sobre o Acordo Mercosul, há um trabalho local de comunicação, mantida por mulheres bolivianas, associação de migrantes e também por educadoras que assumiram o protagonismo da circulação de informações sobre a regularização migratória mercosulina. (SANTOS, 2017).

Cabe ainda informar que em relação as atividades laborais, 45,34% das mulheres provenientes da Bolívia estão no setor de serviços domésticos; 54% no comércio e 8,04% na agricultura. Entretanto, apesar da pouca participação da mulher na agricultura, no espaço público da cidade é visível a participação feminina no setor do comércio hortifrutigranjeiro e como trabalhadora agrícola no espaço periurbano de Guajará-Mirim. Aos sábados ocorre a

feira semanal de hortaliças e frutas em Guajará-Mirim. Das 12 barracas instaladas, 9 são de proprietários bolivianos e com presença de mulheres feirantes<sup>7</sup>.

Nos segmentos fronteiriços sul-americanos se configuram práticas sociais cotidianas, expressas desde as lutas das mulheres por acesso  educação dos seus filhos, como o direito ao reconhecimento de sua condição geográfica: a de ser um habitante transfronteiriço. Ao mesmo tempo, também em localidades fronteiriças, há mulheres que realizam migrações de longa distância em direção aos países do norte global, sendo a Espanha, os Estados Unidos e o Canadá, os principais destinos da emigração latino-americana. Chamamos já atenção para estes destinos migratórios, sobretudo Espanha e os Estados Unidos, visto que agências internacionais provindas destes países participarão de projetos para a migração feminina no interior do Mercosul. Aprofundaremos esta reflexão na seção 2.

Ao final dos anos 1990, se observa também uma manutenção e ampliação da migração transfronteiriça, com uma circulação maior de migrantes da própria região no interior da América Latina. Justaposto a estas migrações, segundo a CEPAL (2019), 70% da emigração externa na América Latina e no Caribe, em 2019, foi realizada por migrantes nascidos em algum dos países da região, tratando-se assim de uma migração intrarregional. Ou seja, a migração intrarregional faz uso também das áreas fronteiriças para consolidar as travessias. Com este aumento da migração entre os próprios países da região, as passagens pelas áreas fronteiriças são mais usuais. No Brasil, entre os anos de 2011 a 2016, foram as migrantes provindas da Argentina as mais representativas; no período de 2016 a 2019, as provindas da Venezuela e do Haiti (OBMigra, 2020). Nestas migrações, a passagem e as conexões em localidades fronteiriças será a de uso mais recorrente.

Buscamos aqui trazer alguns registros de situações geográficas particulares quanto  importância das migrações em área de fronteira (seja em diferentes tipologias: deslocamento pendular, migrações de residência, sazonal, intrarregional). Importa aqui destacar a relevância da fronteira enquanto espaço usado pelas mulheres migrantes. Esta apreciação nos coloca alguns questionamentos, sobretudo em relação aos ordenamentos institucionais frente a uma migração de mulheres na fronteira. Para isso, na próxima seção, dedicamos nossa atenção aos protocolos e acordos celebrados no interior do Mercosul.

---

<sup>7</sup>Em outubro de 2013 e outubro de 2016 realizamos trabalho de campo em Guajará-Mirim (RO), onde realizamos entrevistas com grupo de migrantes, representantes e membros da Associação dos bolivianos residentes em Guajará-Mirim e com a assistente social da Pastoral dos Migrantes. Ambos trabalhos de campo foram realizados como uma das atividades do Projeto de Pesquisa (CNPq): “O transnacionalismo da migração feminina na cidade de Guajará-Mirim (RO) na fronteira entre o Brasil e a Bolívia”, com auxílio do CNPq (2014 a 2017).

## **A governamentalidade migratória transfronteiriça através do Acordo Mercosul.**

No contexto internacional, a segunda metade da **década de 1970** é um marco para entender o que se convencionou, a partir daí, sobre a migração internacional. Podemos considerar que, a partir de **1974**, nas pautas das agências internacionais começa uma política de controle da migração internacional. Desde então, junto à problemática do crescimento demográfico, a migração para o trabalho entre os países ganha centralidade na agenda internacional. No “Plano de ação mundial sobre a população” (1974)<sup>8</sup>, abre-se um eixo voltado para a “Migração e Desenvolvimento”, mas com atenção ao papel das remessas das mulheres migrantes mexicanas nos EUA. Para os técnicos das políticas desenvolvimentistas, a atenção será dada pela importância das remessas realizadas pelas mulheres. Alguns anos depois, em 1994, foi assinado pelo México sua participação no Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), bloco econômico formado pelos EUA, Canadá e o México. Apesar de o acordo ter sua centralidade no comércio de bens e mercadorias, uma das intenções impostas pelos EUA era a redução da migração não documentada. Para atender a este problema, qual seja o da migração, foi criada no interior do NAFTA a “Comission for the Study of International Migration and Cooperative Economic in Development” (ALARCON, 1995). Os técnicos da comissão do NAFTA reconheceram que, dado o crescimento da economia informal no México, as mulheres eram aquelas mais absorvidas neste segmento do mercado de trabalho. Assim, junto às remessas foi recomendado o direcionamento dos investimentos para as áreas de origem dos migrantes e setores com a presença da mulher na informalidade do trabalho. O objetivo era dar suporte técnico as remessas, para que estas fossem aplicadas em atividades produtivas na área de origem dos migrantes, evitando assim o recrudescimento em longo prazo da continuidade da rede migratória (ALARCON, 1995). As mulheres passam a serem reconhecidas como centrais na migração.

É muito complexo o arranjo referente à mulher migrante. Este breve registro sobre uma situação marcada por um uso intenso das travessias ao longo da fronteira entre o México e os Estados Unidos, nos auxilia a organizar temporal e espacialmente a entrada da mulher migrante na pauta das políticas desenvolvimentistas e no campo das agendas e políticas migratórias geográfica na América Latina. No contexto do Acordo Mercosul, a presença desta pauta será dada a partir do final da década de 1990.

---

<sup>8</sup>Este Plano foi emitido em 1974, na **Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a População**. Importa aqui registrar que, a relação entre mulheres e migração será valorada pelas remessas e o desenvolvimento.

A dimensão do gênero no Acordo Mercosul para as migrações<sup>9</sup>

O Mercosul (Mercado Comum do Sul) foi fundado em 1991, a partir do Tratado de Assunção, pelos Estados parte: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai<sup>10</sup>. Porém, escassos eram os espaços do bloco com a incumbência de debater as especificidades e complexidades no campo da população e da migração intrarregional. As poucas referências feitas aos deslocamentos populacionais se realizavam no Subgrupo de Trabalho 10 (SGT10), responsável por tratar as Relações Laborais, Emprego e Seguridade Social e na Reunião de Ministros do Interior, ambos os espaços consultivos do Mercosul. Ou seja, a migração era veiculada como assunto no campo das relações de trabalho. A dimensão do gênero, especificamente a da mulher, entrou na agenda do Mercosul em 1998, quando se realizou a primeira REM - Reunião Especializada da Mulher do Mercosul (1998), na cidade do Rio de Janeiro. Os eixos apresentados foram: igualdade de oportunidades; assuntos laborais, emprego e seguridade social; Micro, Pequenas e Médias Empresas do Mercosul e a inserção da mulher no trabalho integrado. Tratava-se assim de uma pauta sobre a mulher empreendedora e a migração era considerado um ponto secundário. O que se colocava como eixo não era uma política migratória para as mulheres, mas sobre as regulações do trabalho entre os países. Esta temática será discutida também na Segunda Reunião, em Montevideu (1999), quando se acrescenta ao trabalho as temáticas da educação, saúde e participação social. Em 2006, no interior da REM se criará a primeira mesa temática do Mercosul que trata da “Violência de Gênero”, e em 2009, a implantação da segunda mesa temática “Trabalho e integração Econômica”.

Na sequência, em 2010, ocorre na cidade do Rio de Janeiro, a primeira reunião desta mesa temática sobre o trabalho, com representantes da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, no qual a questão central será dada para o trabalho doméstico remunerado e não remunerado. Entretanto, apesar da entrada da mulher no Mercosul, a REM tem um caráter consultivo e não deliberativo. Assim, em 2012, a REM muda de status para a “Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul” (RMAAM). O objetivo deste novo arranjo se deu pelos membros da rede serem as próprias lideranças estatais dos países do Mercosul como Ministros (a) e Presidente, com o poder político de implantar em seus próprios países as

---

<sup>9</sup> Alguns pontos aqui apresentados, foram publicados em: SANTOS, G.; LINS, T. G. (2021).

<sup>10</sup> A geografia do Mercosul possui um ordenamento temporal. Se em 1991 eram apenas os 4 países apontados, em 2016 se amplia para todos os países da América do Sul, assim composto: Estados partes (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Bolívia); Estados associados (Chile, Peru, Colômbia, Equador, Guiana e Suriname). Para uma análise sobre as políticas migratórias no Mercosul recomendamos Fernandes(2017).

deliberações e os acordos. A ementa da RMAAM confere um caráter institucionalizado ao Grupo e se insere na rede de cooperação de organismos internacionais, como a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID). Os projetos da RMAAM relacionados com a temática de gênero e violência serão financiados por este organismo. Esta agência foi fundada em 1998 na Espanha, e trata-se de um dos principais órgãos institucionais de gestão da cooperação espanhola com os países em vias de desenvolvimento, atuando em 38 países distribuídos entre Ásia, África subsaariana, América Latina e o Caribe. Entre os seus principais objetivos, destacamos o que nos interessa aqui: “Promover a igualdade de gênero entre os países em desenvolvimento”. Entretanto todos os seus objetivos, que abrangem desde a igualdade de gênero, como apontado, ao fortalecimento de ações humanitárias, educacionais, culturais e melhoria da qualidade ambiental, estão atrelados ao objetivo final da AECID, que é a erradicação da pobreza nos países em desenvolvimento. No Mercosul, suas principais ações estarão ligadas à dimensão do gênero relacionado à migração.

Em junho de 2008, na cidade de Buenos Aires, foi celebrado o acordo de cooperação entre a AECID e o Mercosul, originando assim o Programa de Cooperação Mercosul-AECID (PM). A sede administrativa da AECID está localizada no Uruguai e atua em parceria com as oficinas técnicas de cooperação, localizadas na Argentina, Paraguai e Brasil. A operacionalização desta parceria se estrutura em torno de sete linhas de programas de cooperação, sendo que o Uruguai acolheu cinco (5) destes programas, a Argentina e o Brasil um (1) respectivamente<sup>11</sup>. Para o Brasil coube o “Projeto de Governança Fronteiriça”, sediado no estado do Rio Grande do Sul. Há assim, uma centralidade do Uruguai nas ações da AECID no Mercosul. Entre estes seis Projetos, temos o "Projeto de Fortalecimento da Institucionalidade e da Perspectiva de Gênero no Mercosul", coordenado pelo “Instituto de las Mujeres”, do Ministério de Desenvolvimento Social do Uruguai. No interior deste projeto, temos uma atenção para a violência contra as mulheres, tratada no eixo do "enfrentamento ao tráfico de mulheres com fins de exploração sexual". Em 2012, temos outros eixos como o: "Mecanismo de articulação para a atenção das mulheres em situação de tráfico internacional” e também, para fins de informação e divulgação o “Guia Mercosul de atenção a mulheres em situação de tráfico com fins de exploração sexual”. Destacamos outro documento, o

---

<sup>11</sup>Os projetos de cooperação da AECID e o Mercosul se estruturam em áreas específicas, como: 1. Integração Produtiva. 2. Meio Ambiente. 3. Gênero. 4. Formação de Capacidades e Fortalecimento Institucional. 5. Desenvolvimento local, rural e Fronteiriço.

Conforme *Memorando de Entendimento entre o Mercosul e a AECID* - Mercosul/GMC/Res. 36/15.

“Passaporte Informativo. Migração Laboral com Direitos. Mercosul”, com seu subtítulo: “Passaporte Informativo. Sobre Direitos laborais e informação para as trabalhadoras de casa particular - Migrantes”. Com especial atenção o capítulo "Tráfico de Pessoas". Todo este conjunto de dispositivos de controle da migração da mulher sobre o estigma da violência foi, no Brasil, implantado em áreas de fronteira internacional, sobretudo na cidade de Foz do Iguaçu (PR), visando uma fiscalização sobre o trânsito das mulheres provindas do Paraguai.

**Figura 1** - Material gráfico produzido pela RMAAM afixado na rodoviária de Foz do Iguaçu (Brasil - PR), em 2014.



O que chamamos atenção é que as primeiras políticas do Mercosul para as mulheres migrantes se deram no âmbito do discurso da violência do gênero e tráfico sexual e foram implantadas em algumas localidades fronteiriças, com a participação direta da AECID. Os principais projetos de assistência à mulher migrante são aqueles dedicados a violência contra a mulher. Entretanto, no Brasil houve uma seleção para a implantação destes programas. Especialmente, serão as mulheres migrantes localizadas no segmento sul fronteiriço que receberão primeiramente a atenção desses instrumentos orientadores quanto à circulação no espaço internacional. As ações da AECID incidiram, sobretudo ao longo da tríplice fronteira (Brasil, Argentina, Paraguai), mas concentradas na cidade de Foz do Iguaçu. (Figura1).

Assim, ainda que haja um grupo como a REM (1998) e a RMAAM (2012), que tratam da temática do gênero, a migração feminina não se constitui como uma problemática específica no campo da construção de uma política migratória no marco do Mercosul. O que podemos relacionar é que a questão da migração feminina não é diretamente tratada no interior da RMAAM. A discussão aparece transversalmente como objeto central das duas mesas temáticas, "Violência de gênero" e "Trabalho e integração Econômica". Entretanto, ainda que transversal, a entrada dos temas da violência de gênero e o do trabalho, se inserem

na mudança do perfil migratório dos países da América do Sul, com uma emigração de mulheres para os países da Europa, sobretudo a Espanha e também uma migração feminina intrarregional, no interior dos próprios países do Mercosul. Há uma convergência de situações: maiores restrições para a migração das mulheres para os países da Europa e maior mobilidade das mulheres no espaço intrarregional. Assim, em 2010, se altera a nacionalidade das migrantes nos países da América Latina. Se até os anos 1970, cerca de 75% da população migrante na Argentina e no, Brasil eram de origem transatlântica (europeia), em 2000, nos países acima citados, 54% do fluxo migratório é de origem intrarregional (OBmigra, 2020).

Quanto à participação da AECID e, atualmente a da Organização Internacional da Migração (OIM) <sup>12</sup>, na gestão das migrações nos países da América do sul, é preciso recordar que a ingerência das agências internacionais na gestão populacional não é um fato novo. Basta pontuar o papel da Fundação Ford e Rockefeller nos anos 1960 (Martini, 2005). Estas organizações, como também a USAID (Agency for International Development), atuaram tanto no ensino no campo populacional quanto nas políticas de planejamento familiar no Brasil, com o objetivo de reduzir a taxa de fecundidade da população brasileira. Entretanto, o que nos chama agora a atenção é a construção das políticas voltada às mulheres. Se nos anos 1970 o foco era em função da fecundidade, em 2000 será para a violência associada ao tráfico sexual. Em ambas as situações, a política trata a mulher como um problema. Em 2009, as ações do Mercosul quanto à mulher migrante serão aquelas centradas na implantação de um conjunto de instrumentos informativos em relação ao trânsito da mulher no espaço internacional, mas um apagamento de políticas voltadas para outros campos como o da cultura, direito sexual e reprodutivo, comunicação e educação. Enfim, a emergência da mulher na migração é concebida no Mercosul como um problema associada à violência. Há um investimento discursivo na construção da imagem da mulher migrante associada à violência.

### **Considerações finais**

Neste artigo apresentamos, na primeira seção, um panorama geral da migração feminina em áreas fronteiriças no território brasileiro. A partir da análise de dados

---

<sup>12</sup> A OIM, em 2016, instala-se oficialmente no Brasil com sede em Brasília e com oficinas em Roraima. A justificativa para sua instalação se dá em função da assistência técnica ao governo brasileiro no tratamento da migração provinda da Venezuela.

secundários e experiências empíricas constatamos que a mulher desempenha papel central nos cursos migratórios, sendo protagonista da sua mudança geográfica e não apenas acompanhante de um fluxo familiar centralizado na figura masculina. Ainda neste contexto, constatamos a relevância da fronteira enquanto um espaço preferencial para a circulação dos migrantes no contexto intrarregional, no qual destacamos os deslocamentos das mulheres providas dos países limítrofes ao Brasil.

Acerca da regularização, que explicita a força do Estado nacional em um contexto de globalização e dos fluxos migratórios, identificamos que nas cidades-gêmeas - espaços privilegiados para o entendimento das dinâmicas fronteiriças - as solicitações se ampliaram a partir do ano de 2009, no qual passou a vigorar o Acordo Sobre Residência para Nacionais dos Estados Parte do Mercosul. Ainda neste âmbito, são os homens aqueles que mais buscaram a regularização, o que nos indica a necessidade de um aprofundamento dos estudos de gênero em áreas fronteiriças.

Complementando a análise proposta, ao longo deste texto elencamos alguns dos dispositivos institucionais e legais para a emergência da mulher no campo das políticas migratórias internacionais. O que pretendemos é elaborar uma descrição analítica sobre um conjunto de dispositivos, como os discursos, procedimentos e os agenciamentos das organizações internacionais que se inserem na edificação das políticas migratórias do Mercosul para as mulheres. Pensamos que é necessário decifrarmos as conexões, os atores e o conteúdo das ligações que pautaram a edificação dos acordos migratórios no Mercosul. Em estudos até aqui por nós realizados, verificamos um protagonismo temático em torno da violência contra as mulheres na migração. Reconhecemos a vulnerabilidade da mulher em deslocamentos, entretanto, em sua trajetória migratória, a mobilidade aufere um campo maior de recursos e políticas migratórias que requerem ser implementadas. E a própria dimensão da violência requer como resposta não somente a implantação de instrumentos de controle coercitivo, que muitas vezes tem impedido a circulação da mulher no espaço internacional. Assim, nossa atenção foi dada para um dos conteúdos das redes de organismos internacionais frente à migração das mulheres e suas conexões no interior do Mercosul em torno da temática da violência de gênero.

Mais do que esgotar a temática, aqui pretendemos contribuir no debate acerca da migração feminina no contexto do Mercosul, destacando que nessa dinâmica faz-se uso de um espaço específico para o movimento: a fronteira. Em consonância, reforçamos a importância de um olhar analítico para a migração que supere os estigmas do crime e do controle que há

muito acompanham as mulheres migrantes: 1) a invisibilização de sua autonomia ao migrar; 2) a associação à violência. Assim, destacamos a necessidade do reconhecimento do protagonismo das mulheres nos cursos migratórios para que as políticas sejam implementadas e em consonância com a realidade do mundo atual. Que os direitos das mulheres em suas trajetórias de mobilidade sejam efetivados em uma dimensão ampla e não setORIZADA no discurso único da violência. E efetivamente que seja reconhecida sua participação política no cenário fronteiriço e intrarregional.

### **Bibliografia**

ALARCON, R. Transnational Communities, regional development, and the future of Mexican immigration. **Berkeley Planning Journal**, 1995. p. 36-54.

ASSIS, G. O. de. **De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares e de gênero nas vivências dos novos migrantes brasileiros**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2004.

CEPAL. **Población, territorio y desarrollo sostenible**. Comité Especial de la CEPAL sobre Población y Desarrollo. Ecuador, 2012

CEPAL. **Panorama Social de América Latina 2019**. Santiago, 2019.

COVA DOS SANTOS, Zuila. (2016). **Interações e Representações sociais: um estudo do espaço escolar na fronteira do Brasil com a Bolívia**. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia. UFPR/UNIR.

FERNANDES, C. S. **Acordo sobre residência do Mercosul, pensamento de Estado e biopolítica: uma análise sobre a governabilidade migratória no território**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Paraná. 2017.

GIL, Carmen, G. Migración femenina: su impacto en las relaciones de género. **Asparkia. Investigación Femenista**. (15), 2004. p. 257-265.

GUIZARD, M. L.; TORRALBA, H.G.; STEFONI, C. De feminismo y movilidades. Debates críticos sobre migraciones en América Latina. **Rumbos TS**, año XIII, n.18, 2018. p. 37-66.

HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2014.

IBGE. (2010a). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso: 08/07/2014.

IBGE. (2010b). **Banco Multidimensional de Estatísticas**. CD-ROM.

JIMÉNEZ, J. E. Una revisión crítica de las teorías migratorias desde la perspectiva de género. **Centre d' Estudis Demogràfics**. 1998, p. 1-26.

OBMigra (Observatório das Migrações Internacionais). **Resumo Executivo: Relatório anual 2020**. Brasília: 2020.

SANTOS, G. Migrações transfronteiriças na Amazônia ocidental. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**. Volume 8, número 1, janeiro a junho de 2017. p. 150-161.

SANTOS, G.; LINS, G. T. Mulher e migração na América Latina: uma análise a partir da atuação das agências internacionais. In: SUZUKI, J. et al. (Orgs). **A dimensão cultural nos processos de integração entre países da América Latina**. São Paulo: PROLAM-USP; FFLCH-USP, 2021. P. 184-204. E- Book.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. São Paulo: Ed. Record. 2004.

SORRE, M. Migrações e mobilidade do ecúmeno. In: MEGALLE, J .F . (Org.). **Max Sorre**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ed. Ática, p.123-139. 1984.

ZLOTNIK, H. **The Global Dimensions of Female Migration**. Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/article/global-dimensions-female-migration>. Acesso em 19 de junho de 2023.